

Escola Municipal Irmã Filomena Rabelo
Diretora: Helga Feilstrecker
Orientadora: Vanda Falcheti Hofsteter
Professora: Neiva Dalla Costa Sbardella
Aluno (a): _____
9º ano _____

BOM DIA!

ATIVIDADE DE HISTÓRIA DA 30ª SEMANA DIA 27-11-2020. NÃO PRECISA ENVIAR POR E-MAIL. COPIAR NO CADERNO E ASSISTIR AOS VÍDEOS.

A DEMOCRACIA ACUADA

O AI-1 também determinou a realização de uma nova eleição para a presidência da república, mas de forma indireta, ou seja, pelo Congresso Nacional, e não pelo povo. O marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, indicado pelos militares, foi então eleito.

Para conter os gastos do governo e reduzir a inflação, o novo governo cortou investimentos, elevou os impostos e congelou os aumentos de salário para os trabalhadores. A inflação baixou, mas a recessão provocou o fechamento de empresas, arrocho salarial e desemprego. Na política externa, Castelo Branco alinhou-se aos Estados Unidos e firmou novos acordos com o Fundo Monetário Internacional (FMI), o que permitiu ao governo receber novos empréstimos.

Nas eleições para governador, em outubro de 1965, a oposição conquistou vitórias em cinco dos dez estados onde houve a disputa eleitoral. Em resposta, os militares restringiram ainda mais a democracia por meio do ATO INSTITUCIONAL nº2, o AI-2. O novo ato estabeleceu que as eleições presidenciais continuariam sendo feitas de forma indireta, reduziu as atribuições do Congresso Nacional e conferiu ao presidente o poder de baixar decretos sobre questões de segurança nacional. Além disso, extinguiu todos os partidos políticos e permitiu a criação de apenas dois: um de situação, a Aliança Renovadora Nacional (Arena); e um de oposição, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB).

Indicado pelos militares, o general Arthur da Costa e Silva foi eleito presidente da república pelo Congresso Nacional em outubro de 1966 e empossado em março do ano seguinte. Na mesma data, começou a vigorar uma nova Constituição, a quinta da república, que incorporava as determinações dos Atos Institucionais.

O período do governo de Costa e Silva, da chamada “linha dura” do exército, ficou marcado pelo crescimento dos movimentos de oposição e pela repressão policial. O movimento estudantil, na clandestinidade, continuava atuando por melhores condições de ensino e contra a ditadura. Os estudantes secundaristas também reivindicavam aumento de número de vagas nas universidades públicas.

Em junho de 1968, o movimento estudantil organizou uma grande manifestação contra o regime militar. O protesto, que ficou conhecido como a Passeata dos Cem Mil, contou com a participação de artistas, estudantes, padres, intelectuais e outros setores da sociedade brasileira.

Em setembro de 1968, o deputado da oposição Márcio Moreira Alves proferiu um discurso na Câmara dos Deputados conclamando a população a boicotar os desfiles de 7 de setembro (feriado do Dia da Independência), além de chamar os quartéis de “covis de torturadores”. O ministro da justiça pediu autorização ao Congresso para processar o deputado, mas a autorização não foi concedida.

Em dezembro, o governo militar, então, usou esse fato como pretexto para decretar o Ato Institucional nº5, o AI-5. O ato dava ao presidente o poder de fechar o Congresso Nacional, cassar mandatos parlamentares, intervir em estados e municípios e suspender os direitos políticos de qualquer cidadão por dez anos. O Congresso ficou fechado até outubro do ano seguinte, e diversos políticos foram cassados. Além deles, ministros do Supremo Tribunal Federal, bem como diversos professores de universidades públicas, foram destituídos de seus cargos.

ASSISTIR AOS VÍDEOS PARA COMPLEMENTAR OS ESTUDOS:

<https://youtu.be/234mwC1le3I>

<https://youtu.be/PqK5J6eDU1I>

<https://youtu.be/Go3TsP4I7II>